

PROGRAMA ENSINO INTEGRAL: IMPLICAÇÕES PARA A AÇÃO DOCENTE

Ronaldo Costa Barbosa¹, Raimunda Abou Gebran²

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. Professor de Geografia do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, atua também na Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo e é concursado da Prefeitura Municipal de Araçatuba. E-mail: ronaldocostabarbosa@yahoo.com.br

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: ragebran@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo constitui-se como parte da pesquisa “Ação Docente e Ensino de Geografia: limites e possibilidades para a aplicabilidade do Currículo no Programa Ensino Integral”, vinculado ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE/SP. Nesse sentido, esse estudo objetiva analisar a implementação e o desenvolvimento do Programa Ensino Integral e suas implicações para a ação docente a partir da perspectiva dos professores e sua prática pedagógica na sala de aula. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo-interpretativo com cinco professores que atuam em escolas de um município de médio porte do interior do estado de São Paulo. A coleta de dados foi feita a partir da aplicação de questionários, entrevistas com roteiro semiestruturado e observações de sala de aula. Os resultados preliminares indicam que o novo modelo oferece condições atrativas para a ação do professor, favorecendo a construção de um espaço de aprendizagem diferenciado que estimula o protagonismo juvenil dos alunos e favorece a reflexão dos professores sobre sua atuação profissional. Entretanto, a sobrecarga de compromissos burocráticos e a visão mercadológica da educação com a adoção de metas e prazos a serem cumpridos se apresentam como pontos de atenção.

Palavras-chave: Educação Integral. Programa Ensino Integral. Currículo. Ação Docente.

PROGRAMA ENSINO INTEGRAL: IMPLICABILITY FOR THE TEACHER’S PRACTICE

ABSTRACT

This study is part of the research “Teachers Practices and Geography Teaching: limits and possibilities to the curriculum applicability in the Programa Ensino Integral program”, associated with the Masters in Education program from Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE/SP. In this sense, this study aims at analyzing the implementation and the development of the “Programa Ensino Integral” program and its implications for the teachers practices from the teachers’ perspectives and their pedagogical actions in the classroom. It is a qualitative research, with a descriptive-interpretative nature with five teachers who work in schools from a small city in the countryside of São Paulo state. The data collection was conducted with questionnaires, interviews with semi structured guides and class observation. The preliminary results indicate that the new model offers attractive conditions for the teacher’s action, favoring the creation of a distinctive learning space which stimulates the students’ engagement and enhances the teachers’ reflections on their professional acting. Meanwhile, the overload of bureaucratic duties and the marketing view on education with the use of goals and deadlines to be met are presented as an attention-demanding point.

Keywords: Comprehensive Education. Programa Ensino Integral. Curriculum. Teachers Practices.

INTRODUÇÃO

Implantado nas escolas estaduais de São Paulo a partir de 2012, o Programa Ensino Integral (PEI) insere-se no terceiro pilar do programa ‘Educação: Compromisso de São Paulo’, lançado pela Secretaria de Educação pelo então secretário Herman Voorwald após uma série de encontros com professores e gestores das diretorias de ensino que compõem a rede. O programa foi estruturado para nortear as ações da pasta com foco na melhoria da qualidade de ensino.

Nos documentos oficiais explicativos do programa nota-se uma preocupação com a criação de um novo ambiente escolar, mais atrativo para jovens – especialmente alunos do Ensino Médio – pautado no Protagonismo Juvenil e no desenvolvimento de seu Projeto de Vida. Percebe-se, também, uma preocupação com as condições para o desenvolvimento da ação docente, com introdução do Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI) que regula a dedicação exclusiva a uma única unidade escolar e introduz gratificação de 75% sobre o salário-base do docente.

Considerando esse novo espaço educativo, essa pesquisa tem por objetivo analisar a implementação e o desenvolvimento do Programa Ensino Integral e suas implicações para a ação docente a partir da perspectiva dos professores e sua prática pedagógica na sala de aula.

METODOLOGIA

A pesquisa configura-se em uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) apoiada em uma análise documental, procedimento que implica na leitura e análise de textos relevantes sobre o tema que se pretende estudar. Os procedimentos para coleta de dados foram obtidos a partir da sistematização e observação de um questionário fechado para traçar o perfil dos docentes, entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) e observação livre da ação docente com registro em diário de bordo.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco professores que atuam nas três escolas estaduais de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo que adotaram o programa, sendo que três iniciaram no programa no ano letivo de 2017.

Em se tratando de pesquisa que envolve seres humanos, a mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa da UNOESTE (Protocolo CPDI: 3512; Protocolo Plataforma Brasil: 61330616.5.0000.5515).

O PROGRAMA ENSINO INTEGRAL

Há um crescente movimento de internacionalização das políticas educacionais fomentado por organismos supranacionais que visam sustentar a ordem socioeconômica vigente. Esse movimento se insere no contexto globalizado por meio de agências multilaterais que formulam recomendações para as políticas públicas. No âmbito educacional, os organismos que possuem ação mais direta são a Organização das Ações Unidas para a Educação (UNESCO), o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (LIBÂNEO, 2014).

Alinhado a essas políticas, o governo paulista anunciou, em 2011, um novo programa de ações¹ com o objetivo de proporcionar meios para que toda a rede alcançasse a excelência acadêmica na aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, é implantado o Programa Ensino Integral (PEI).

Segundo as diretrizes do programa, o mesmo se justifica pela necessidade de “mudanças na abordagem pedagógica, na organização curricular e na ampliação da permanência dos alunos na escola, na gestão escolar e no regime de trabalho dos educadores” visando atender à alunos da “sociedade moderna” (SÃO PAULO, 2014, p. 14).

¹ Programa “Educação – compromisso de São Paulo”. Disponível em < <http://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp/>>. Acesso em 05 nov 2017.

Inicialmente, em 2012, o projeto foi implementado em 16 escolas pilotos que foram convidadas a testar o novo modelo². Características comum a essas escolas era a oferta de Ensino Médio³. Tais unidades escolares passaram, no segundo semestre de 2011, por uma reestruturação dos espaços físicos e adequação para receber o projeto, que compreendeu construção de refeitório, adequação de sala de multimídia e laboratórios de ciência e de informática. Em 2013, o programa foi expandido para 53 novas unidades escolares, englobando também o Ensino Fundamental – Anos Finais, além de novas escolas de Ensino Médio. No ano seguinte, aderiram ao programa 113 novas escolas e, em 2015, mais 58 escolas entram no programa, que também passa a incluir alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (FODRA, 2015).

Segundo os documentos oficiais,

[...] o Programa Ensino Integral tem como **missão**, para as escolas participantes, ser um núcleo formador de jovens, primando pela excelência na formação acadêmica, pelo apoio integral aos seus Projetos de Vida, pelo aprimoramento do aluno como pessoa, pela formação ética e pelo desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. A **visão** do Programa está alinhada aos objetivos do Programa Educação – Compromisso de São Paulo: ser, em 2030, reconhecida internacionalmente como uma Rede pública de ensino integral de excelência, posicionada entre as 25 primeiras do mundo (SÃO PAULO, 2014, p. 14, grifos nossos)

Complementares à missão e à visão do programa, o mesmo assenta-se em **valores** que orientam as ações visando atender aos objetivos. Tais valores são:

Valorização da educação pública pela oferta de um ensino de qualidade.

Valorização dos educadores.

Gestão escolar democrática e responsável.

Espírito de equipe e cooperação.

Mobilização, engajamento e responsabilização da Rede, alunos e sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem: espírito público e cidadania.

Escola como centro irradiador da inovação. (SÃO PAULO, 2014, p. 14)

O documento norteador do programa destaca ainda os fundamentos filosóficos e educacionais, elencando quatro **princípios** (os Quatro Pilares da Educação, a Pedagogia da Presença, a Educação Interdimensional e o Protagonismo Juvenil) e cinco **premissas** (Protagonismo, Formação Continuada, Corresponsabilidade, Excelência em Gestão e Replicabilidade). Esses valores, princípios e premissas devem nortear as ações da escola visando auxiliar os jovens no desenvolvimento de seu Projeto de Vida, que requer uma articulação entre o Modelo de Gestão e o Modelo Pedagógico para garantir o sucesso dos alunos (SÃO PAULO, 2014).

Os docentes interessados em participar do programa devem atender aos seguintes pré-requisitos: ser efetivo ou estável na rede, ter licenciatura plena e mínimo de três anos de experiência. Aqueles que atendem à essas exigências passam por um processo de seleção que compreende o processo de credenciamento e entrevista. Os docentes selecionados passam atuar pelo Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI)⁴ e fazem jus à gratificação de 75% sobre o salário-base.

Todos os docentes em RDPI cumprem 40 horas semanais na mesma unidade escolar e tem sua jornada composta por atividades diversificadas, como: aulas do núcleo comum de acordo com

² “Para ingressar no programa a escola precisa pertencer à rede estadual de educação de São Paulo, ter espaços adequados para o funcionamento de laboratórios e refeitórios, além de possuir ao menos 10 turmas de alunos matriculados e que sejam apoiados pelas famílias para estudarem em tempo integral” (FODRA, 2015, p. 6). A avaliação da estrutura física é realizada pelas Diretorias de Ensino e, após o sinal positivo para implementação, o Conselho de Escola é consultado para ratificar a adesão ao programa.

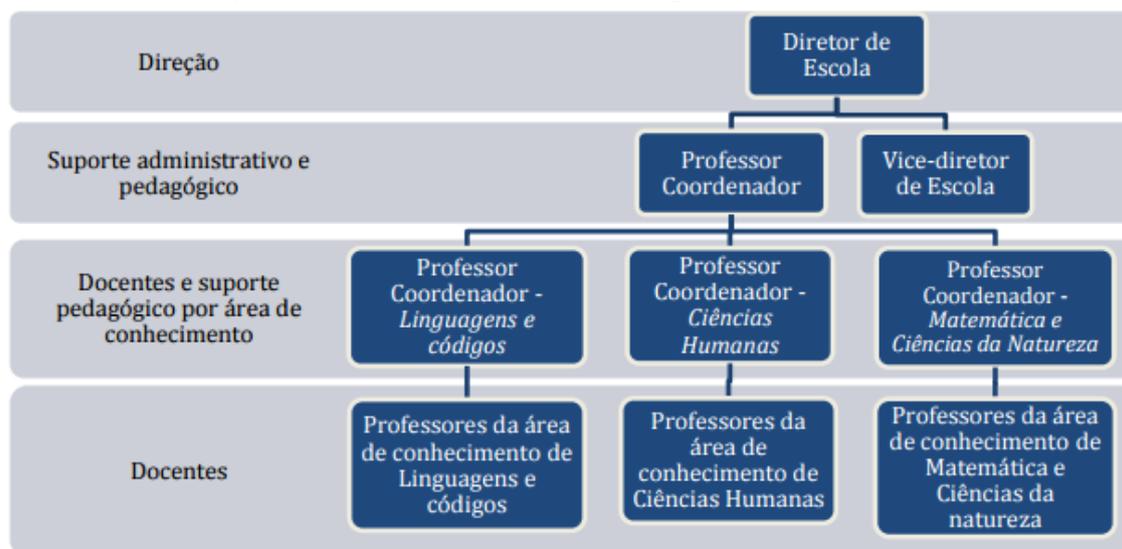
³ A Secretaria de Educação já contava com um programa de educação integral (ETI – Escola de Tempo Integral) que atendia apenas aos alunos do Ensino Fundamental em um modelo diferenciado do novo programa.

⁴ Lei Complementar nº. 1.164 de 4 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012).

a licenciatura e habilitação, atuação na Parte Diversificada do Currículo, tutoria e apoio ao Projeto de Vida dos alunos, planejamento estratégico (ações e metas vinculadas a cada premissa garantindo o mesmo direcionamento para todos os profissionais e escolas do programa) e substituição em caso de necessidade⁵.

A estrutura de profissionais envolvidos nas escolas do programa também é alterada para proporcionar meios de alcançar os objetivos propostos. Há também a presença do Professor Coordenador por Área de Conhecimento, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 1. Estrutura do quadro de pessoal: Quadro do Magistério.



Fonte: SÃO PAULO, 2013, p. 3

A formação em serviço ocorre nos momentos de ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) que correspondem à duas horas-aulas por semana. As ATPC são conduzidas pelo Professor Coordenador Pedagógico Geral e reúnem todos os docentes da escola. A ATPA (Aula de Trabalho Pedagógico de Área) corresponde à uma hora-aula semanal e é conduzida pelo Professor Coordenador de Área reunindo todos os docentes da respectiva área (Linguagens e Códigos, Matemática e Ciências da Natureza e Ciências Humanas). Os docentes também participam de cursos de formação na modalidade EaD além de Orientações Técnicas oferecidas pelo Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino (SÃO PAULO, 2012).

ANÁLISE DO PROGRAMA

Para análise do programa optou-se por um recorte em relação aos principais diferenciais que ele oferece para a ação docente em comparação às demais escolas da rede. A partir dos relatos dos professores entrevistados, objetivou-se verificar como a proposta efetiva-se na concretude do ambiente escolar, identificando suas potencialidades e fragilidades. Assim, foram definidas quatro categorias que nortearam as análises.

1) Dedicção exclusiva

Os docentes que atuam nas escolas do PEI são beneficiados pelo RDPI, que garante dedicação exclusiva a uma única escola e direito à gratificação de 75% sobre o salário-base, o que resulta em uma remuneração significativamente superior ao restante da rede, que sofre com precarização e ausência de políticas de aumento salarial. Segundo relato dos professores, esse foi

⁵ Ao contrário das escolas regulares da rede, no PEI não existem professores substitutos. Havendo a necessidade do docente titular se ausentar, os demais professores são responsáveis pela substituição, seguindo a seguinte ordem: demais professores da área, professores de outra área, coordenador de área e coordenador pedagógico.

o principal atrativo para ingresso no programa. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a se candidatar para o PEI, as respostas foram:

Foi por causa do salário [...] lá onde eu estava, porque eu tenho todas as evoluções, eu tenho duas provas do mérito, né? Tenho a sexta-parte [...] Não é um mal salário lá na escola que eu estava (Professora A).

Eu ouvi dizer que os 75%... E eu quebrado, sem dinheiro... Então falei, poxa, vou tentar então! [...] Eu precisava de dinheiro... Então falei “vou tentar!” Eu vou conhecer um novo desafio, eu vou ver se dá certo. (Professor B).

Bom, você sabe que professor é mal remunerado, né? Um dos motivos foi esse... [...] Eu sempre tive sorte, eu sempre peguei minhas aulas em uma escola só... Mas você sabe que essa não é a realidade da maioria dos professores... (Professora C)

A gratificação por dedicação exclusiva, quando combinada aos benefícios previstos pelo plano de carreira, faz com que a remuneração dos docentes seja mais interessante que a do restante da rede. Outro aspecto positivo proposto pelo Programa é o vínculo à uma única escola, o que rompe com o processo de precarização histórica que a jornada docente tem sofrido na rede estadual paulista desde a década de 1950, que contribuiu para que o professor se tornasse um profissional horista e cujas necessidades materiais o forçasse a estabelecer uma jornada cumprida em várias escolas e turnos, afim de obter uma remuneração superior (CAÇÃO, 2001).

Na mesma direção, Boing (2008) estabeleceu o termo “professores itinerantes” para referir-se à uma identidade docente baseada na atuação em várias escolas, salas, turmas e turnos, e onde o professor estabelece relações sociais e afetivas muito distintas daqueles que se dedicam a lecionar em uma única escola, cumprindo integralmente ali sua jornada. Nesse sentido, o PEI corrobora para a criação de novas relações sócio afetivas entre os docentes, discentes e a comunidade escolar.

2) Composição da jornada

Os docentes que atuam em escolas do PEI desenvolvem diferentes tipos de atividades, sendo que uma parte significativa da jornada é composta por atividades sem alunos, como tutoria, preparação do plano de trabalho e acompanhamento do modelo pedagógico.

Eu tenho 24 horas de aula, duas eletivas, são 26 horas [...] e eu ganho por 40 horas (Professora A).

Você tem tempo pra discutir a aula, a prática pedagógica com o colega [...] Você tem mais tempo pra conversar com seu colega, você entra no mesmo horário e sai no mesmo horário (Professor B).

O professor, na regular, ele tem mais aulas... Na PEI ele tem menos aulas... Então ele consegue pesquisar mais, ele consegue elaborar mais essas aulas... Dentro da sala de estudos, por exemplo... [...] (Professora C).

O tempo destinado à preparação das aulas e de materiais, reflexão individual e coletiva sobre as metodologias e práticas bem como a orientação pedagógica, favorecem o desenvolvimento de uma ação reflexiva e fortalece o profissionalismo docente, uma vez que o professor não necessita se desdobrar entre várias unidades escolares, sem tempo para refletir sua ação, tornando-se meros executores. Segundo os docentes ouvidos, a composição da jornada e a gratificação acima da média da rede foram apresentadas como os principais diferenciais do programa.

Importante ressaltar que, em comparação ao restante da rede, o PEI mostra-se como um espaço atrativo para a jornada docente, uma vez que nas escolas regulares, em jornada integral, os docentes ministram 32 aulas com os alunos, em uma interpretação dúbia da Lei Federal nº 11.738 (Lei do Piso) (BRASIL, 2008), que estabelece que 1/3 das atividades docentes deve ser desenvolvida em atividades sem alunos. Como a hora-aula não correspondia à hora-relógio, a SEE-

SP realizou a conversão e, atualmente, os docentes que possuem jornada integral (40 horas) recebem por 48 horas-aulas de 50 minutos cada, das quais 32 são cumpridas com alunos. Essa interpretação reduziu as opções de professores com relação à preparação de aulas e gerou protestos do principal sindicato da categoria (APEOESP) (OLIVEIRA, 2017). A composição da jornada docente no PEI, de acordo com a indicação da Lei do Piso – uma vez que, aos docentes, podem ser atribuídas no máximo 28 aulas, contando disciplinas eletivas – favorece a prática reflexiva e contribui para melhores condições de preparação e planejamento das aulas.

3) Tutorias

No início do ano letivo, todos os alunos devem escolher um professor como seu tutor. Tal ação está incluída na Pedagogia da Presença.

A Tutoria é uma das metodologias que compõem o Modelo Pedagógico do Programa Ensino Integral, caracterizada pela orientação e acompanhamento dos alunos em suas necessidades de formação, visando ao seu desenvolvimento pleno nas atividades promovidas pela escola. A Tutoria é orientada pelos princípios do Programa Ensino Integral, particularmente pela Pedagogia da Presença, segundo a qual é fundamental que os educadores se façam presentes na vida dos alunos em todos os tempos e espaços da escola, tendo como referência o seu papel, a missão da escola e as responsabilidades da Tutoria (SÃO PAULO, 2014, p. 31).

Os docentes ouvidos elencaram essa metodologia do programa como uma ação que estreita a afetividade entre professor e aluno.

Você busca o aluno mais próximo de você... Por que? Você vai tá orientando ele, vendo as apostila... primeiro ponto de encontro: a gente faz uma ficha, do aluno, onde eu pergunto pra ele várias coisas... Como por exemplo: o pai e a mãe são separados, vivem juntos, eu... eu, não vou resolver o problema dele, mas eu vou tá... escutando ele mais... Eu tenho que ouvir mais do que falar... Eu penso que é um... um forte indício entre eu e o aluno... (Professora A)

A tutoria eu acho um ponto super forte...O professor tem seus tutorados, e com eles você tem um diálogo mais aberto, você consegue orientar melhor, você consegue ter uma proximidade melhor com os tutorados, auxilia muito, porque muitas vezes o aluno só tem aquela pessoa... As vezes os pais não têm paciência, não tem tempo suficiente... Então o professor, ele dá esse apoio... O professor tutor [...] ele dá um apoio aos pais também, uma orientação melhor... É muito importante, eu acho isso muito legal dentro da PEI (Professora C).

A relação entre tutor e tutorando estreita os vínculos de proximidade dos alunos com a escola e favorece o reconhecimento desta no ambiente em que está inserido. Segundo os docentes, o maior envolvimento do aluno com o tutor e, conseqüentemente com a escola, diminui os índices de evasão e aumenta o desempenho escolar dos alunos.

4) Modelo de Gestão

Na articulação entre o Modelo Pedagógico e o Modelo de Gestão, todas as ações do programa devem ser planejadas, monitoradas e avaliadas. Para tanto, são utilizados os instrumentos previstos na Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012), alterada pela Lei Complementar nº 1.191 de 28 de dezembro de 2014. Tais instrumentos são: o Plano de Ação, o Programa de Ação, os Guias de Aprendizagem e a Agenda Bimestral (FODRA, 2015). Segundo os docentes ouvidos, o excesso de burocracia acaba por comprometer o desempenho dos professores:

Muita burocracia. [...] O que me cansa é a burocracia de evidências, de ter que tá provando a toda hora o que você está fazendo. [...] De eu ter que ficar perdendo

tempo toda hora de evidenciar, e provar, e tirar foto... Sabe? [...] Tem uns pormenores que eu ainda não entendi. É muita evidenciação... Você acaba perdendo o sentido da aula. (Professor B).

Dentro da proposta da PEI tem muita burocracia, te prende muito... Por exemplo, preenchimento de diário... Você perde um tempão dentro da sala de aula preenchendo diário... Você tem que colocar um monte de coisa: você tem que colocar seu objetivo, sua habilidade, sua metodologia... Dentro do diário! Você tem que fazer a chamada, tem que passar na lousa, e tem que fazer no seu diário... Isso, você perdeu um tempo... [...] Você tem que seguir um padrão, aqui do guia... É [...] muita burocracia! Isso tem que mudar! O professor perde um tempão da sala de aula passando habilidade, fazendo aluno copiar, copiando no seu diário, fazendo chamada! Já foi 15 minutos de aula... Isso não é legal! (Professora C).

A grande quantidade de documentos burocráticos exigidos dos docentes como requisitos de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas consome parte considerável da jornada cumprida na escola em atividades sem alunos e impõem à educação uma visão mercadológica de estabelecimento de metas e prazos. Tal concepção impede um repensar da educação, uma vez que concebe a escola como empresa e estabelece uma política de responsabilização dos insucessos obtidos, geralmente atribuindo a “culpa” pelo fracasso ao docente (FREITAS, 2007).

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar o Programa Ensino Integral implementado pela Secretaria de Educação de São Paulo em escolas estaduais selecionadas a partir de 2012 tendo como base a análise bibliográfica dos documentos norteadores e de entrevistas semiestruturadas com docentes que atuam nas escolas. Procura-se assim desvelar como o programa revela-se na concretude do cotidiano escolar.

Após esta análise, pode-se concluir que o Programa Ensino Integral propõe condições favoráveis à ação docente que refletem no seu desempenho em sala de aula. Dentre as propostas destaca-se o Regime de Dedicção Plena e Integral, no qual o docente atua em uma única unidade escolar com gratificação superior ao restante da rede e composição de jornada diferenciada. Tais condições favorecem à ação reflexiva docente e contribuem para uma maior proximidade entre professor e aluno, reduzindo a evasão escolar e aumentando o desempenho acadêmico.

Entretanto, a visão mercadológica imposta às escolas através do Modelo de Gestão, que prevê instrumentos de planejamento, avaliação e monitoramento das ações, como estabelecimento de prazos e metas que devem ser perseguidos sob o risco de má avaliação, consomem boa parte do tempo que poderia ser destinado a ações pedagógicas e trocas de experiências entre pares.

Tais pontos apresentam-se como potencialidades e fragilidades do programa. A despeito das fragilidades, os docentes revelaram-se satisfeitos com as condições oferecidas e demonstraram esperança na expansão do programa para mais escolas da rede, a fim de beneficiar um número maior de docentes com as condições diferenciadas e melhores oportunidades para os alunos.

REFERÊNCIAS

BOING, L. A. **Os sentidos do trabalho de professores itinerantes**. 2008. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CAÇÃO, M. I. **Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista**. 2001. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001a.

FODRA, S. M. **O Projeto de Vida no Ensino Médio: o olhar dos professores de História**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, oct. 2007.

LIBÂNEO, J. C. Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem? In. BARRA, V. **Educação: ensino, espaço e tempo na escola de tempo integral**. Goiânia: Cegraf/UFG, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Epu, 1986. 99 p. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

OLIVEIRA, M. E. História, memórias e cenário atual da intensificação do trabalho docente na educação básica paulista: apontamentos de pesquisa. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 36, p.1-26, 17 ago. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Informações Básicas do Programa de Ensino Integral**. São Paulo: SEE, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/727.pdf>. Acesso: 8 ago. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Ensino Integral: Escola de Tempo Integral**. São Paulo: SEE, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Diretrizes do Programa de Ensino Integral**. São Paulo: SEE, 2014. 40 p.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012. Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, SP, 5 jan. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.